

Ribeiro, Ana Maria Ferreira Dias Barros, Carla Andreia Pinheiro de Lima Nunes, Carla Alexandra Teixeira da Silva Lourenço, Sandra Cristina Machado Pacheco, Paula Maria Mendes da Rocha, Susana Isabel Couto Carvalho, Maria Natália da Silva Gomes, Maria Emília da Costa Duarte Soares, Odete Fernanda Cabral das Neves, Marcela da Silva Teles, Maria Rosa de Sousa e Silva Costa, Ana Rita Pereira Barbosa, Maria Rosa Moreira da Silva, Glória Fernanda Alves Dias, Sandra Maria Mendes da Rocha Moreira, Liliana do Rosário Carvalho Ribeiro Rocha e Anabela Moreira Gomes e Castro, com a categoria de assistente operacional — área da educação, concluíram com sucesso o período experimental imposto pela celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

4 de janeiro de 2012. — O Presidente da Câmara, *Dr. Celso Manuel Gomes Ferreira*.

305556255

MUNICÍPIO DE POMBAL

Aviso n.º 792/2012

Em resultado da deliberação do Órgão Câmara Municipal, de 23/11/2011, e nos termos do n.º 2, do artigo 40.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro foi autorizada o accionamento da reserva de recrutamento interna para mais um Assistente Operacional na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 67, 5 de Abril de 2011, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional — Função Águas (1); Vias Municipais (1) — ref.ª C, devidamente homologada em 05/09/2011.

Pelo que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua actual redacção, torna-se público que após negociação do posicionamento remuneratório nos termos do artigo 55.º da citada Lei n.º 12-A/2008, e do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, com o candidato classificado em 4.º lugar, José Maria Rocio Duarte Francisco, com efeitos a 26 de Dezembro de 2011, na 1.ª posição remuneratória, nível 1, correspondente à remuneração de 485,00€, iniciando-se também nesta data o período experimental de 90 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

26 de Dezembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*, Eng.º

305531314

Aviso n.º 793/2012

Em resultado da deliberação do Órgão Câmara Municipal, de 23/11/2011, e nos termos do n.º 2, do artigo 40.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro foi autorizada o accionamento da reserva de recrutamento interna para mais um Técnico Superior na sequência da lista unitária de ordenação final na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 51, 14 de Março de 2011, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior — Função Apoio ao desenvolvimento — ref.ª A, devidamente homologada em 19/07/2011.

Pelo que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua actual redacção, torna-se

público que após negociação do posicionamento remuneratório nos termos do artigo 55.º da citada Lei n.º 12-A/2008, e do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, com o candidato classificado em 2.º lugar, Micael Mota Santos, com efeitos a 09 de Dezembro de 2011, na 2.ª posição remuneratória, nível 15, correspondente à remuneração de 1.201,48€, iniciando-se também nesta data o período experimental de 180 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

26 de Dezembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*, Eng.º

305531428

Aviso n.º 794/2012

Em resultado da deliberação do Órgão Câmara Municipal, de 23/11/2011, e nos termos do n.º 2, do artigo 40.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro foi autorizada o accionamento da reserva de recrutamento interna para mais dois Técnicos Superiores na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 51, 14 de Março de 2011, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior — Função Sistemas de Informação Geográfica — ref.ª H, devidamente homologada em 26/07/2011.

Pelo que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua actual redacção, torna-se público que após negociação do posicionamento remuneratório nos termos do artigo 55.º da citada Lei n.º 12-A/2008, e do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, com as candidatas classificadas em: 2.º lugar, Ana Cristina Marques Cardoso, com efeitos a 14 de Dezembro de 2011, e em 3.º lugar, Paula Alexandra Lopes Vieira, com efeitos a 09 de Dezembro de 2011, ambas na 2.ª posição remuneratória, nível 15, correspondente à remuneração de 1.201,48€, iniciando-se também nesta data os períodos experimentais de 180 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

26 de Dezembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*, Eng.º

305531558

Aviso n.º 795/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que nos termos do n.º 2, do artigo 73.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, ambos na sua actual redacção, foi homologada em 16 de Dezembro de 2011, a acta de avaliação final do período experimental do trabalhador abaixo indicado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República*, N.º 67 — 5 de Abril de 2011, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional — Função Transportes — ref.ª I.

Nome	Categoria	Classificação obtida do período experimental	Conclusão com Sucesso
Paulo Jorge Barata Ferreira	Assistente Operacional	15,83 valores	Sim

26 de Dezembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*, Eng.º

305531217

Aviso n.º 796/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que nos termos do n.º 2, do artigo 73.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, ambos na sua actual redacção, foi homologada em 20 de Dezembro de 2011, a acta de avaliação final dos períodos experimentais dos tra-

balhadores abaixo indicados, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República*, N.º 67 — 5 de Abril de 2011, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional — Função Higiene e Salubridade — ref.ª F.

Nome	Categoria	Classificação obtida do período experimental	Conclusão com Sucesso
Leonel Gaspar Gonçalves	Assistente Operacional	15,33 valores	Sim
Paulo Rui Mota Ferreira Mendes	Assistente Operacional	15,67 valores	Sim

26 de Dezembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*, Eng.º

305531299

Aviso n.º 797/2012

Em resultado da deliberação do Órgão Câmara Municipal, de 23/11/2011, e nos termos do n.º 2, do artigo 40.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro foi autorizada o accionamento da reserva de recrutamento interna para mais nove Assistentes Operacionais na sequência da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, N.º 67 — 5 de Abril de 2011, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional — Função Higiene e Salubridade — ref.ª J, devidamente homologada em 22/08/2011.

Pelo que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua actual redacção, torna-se público que após negociação do posicionamento remuneratório nos termos do artigo 55.º da citada Lei n.º 12-A/2008, e do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado, com os candidatos classificados em: 3.º lugar, Carlos Costa Ferreira Dias, com efeitos a 30 de Dezembro de 2011; em 6.º lugar, Deolinda Neves Santos Oliveira (por desistência dos candidatos classificados em 4.º e 5.º lugares), com efeitos a 9 de Dezembro de 2011; 7.º lugar, Maria Fernanda Joaquim Martins, com efeitos a 30 de Dezembro de 2011; do 8.º ao 10.º lugar, António dos Santos Matias; Maria Adélia Carriço das Neves (por desistência do candidato classificado em 9.º lugar), com efeitos a 09 de Dezembro de 2011; do 11.º ao 14.º lugar, Brígida Mota Mendes; Maria Teresa Conceição Santos e Manuel Gonçalves Turra (por desistência do candidato classificado em 13.º lugar), com efeitos a 13 de Dezembro de 2011, todos na 1.ª posição remuneratória, nível 1, correspondente à remuneração de 485,00€, iniciando-se também nesta data os períodos experimentais de 90 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

30 de Dezembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*, Eng.º

305573184

Aviso n.º 798/2012

Em resultado da deliberação do Órgão Câmara Municipal, de 23/11/2011, e nos termos do n.º 2, do artigo 40.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro foi autorizada o accionamento da reserva de recrutamento interna para mais quatro Assistentes Operacionais na sequência do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República*, N.º 67 — 5 de Abril de 2011, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional — Função Higiene e Salubridade — ref.ª F, devidamente homologada em 26/08/2011.

Pelo que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua actual redacção, torna-se público que após negociação do posicionamento remuneratório nos termos do artigo 55.º da citada Lei n.º 12-A/2008, e do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado, com os candidatos classificados em: 3.º lugar, Alcino Manuel Fernandes Portela Gonçalves, com efeitos a 30 de Dezembro de 2011, em 4.º lugar, António Vitor Faria Ferreira, com efeitos a 13 de Dezembro de 2011; em 5.º lugar, Albino Neves Matias, com efeitos a 09 de Dezembro de 2011; e em 8.º lugar, Adriano Rodrigues Carrasqueira (por desistência dos candidatos classificados em 6.º e 4.º lugares), com efeitos a 30 de Dezembro de 2011, todos na 1.ª posição remuneratória, nível 1, correspondente à remuneração de 485,00€, iniciando-se também nesta data os períodos experimentais de 90 dias.

Para efeitos do estipulado nos n.º 2 e 3 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

30 de Dezembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Eng.º Narciso Ferreira Mota*.

305572852

MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 799/2012

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que a assistente técnica do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Maria Gabriela Serra Medeiros Oliveira, encontra-se em situação de mobilidade interna nesta Câmara Municipal, na categoria de técnico superior, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com efeitos a 22 de novembro de 2011.

4 de janeiro de 2012. — A Presidente da Câmara, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

305552756

MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

Aviso n.º 800/2012

Torna-se público que, na reunião de Câmara Municipal de 09/01/2012, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 316/07, de 19 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 380/09, de 22 de setembro, foi aprovado:

Proceder a abertura do período de discussão público do Regulamento do Plano Diretor Municipal, designadamente no seu Artigo 49.º no que diz respeito ao estatuto e ocupação do solo em “Área Agrícola Complementar”.

Na sequência desta deliberação, nos termos do n.º 3 do Artigo 77.º do citado diploma legal, a Câmara Municipal fixou por um prazo de 30 dias um período de discussão pública, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para que os interessados possam prestar as informações e formular sugestões e ou observações, que considerarem úteis no âmbito do respetivo procedimento. O processo encontra-se disponível para consulta no Setor de Administração Geral do Município e na sua página oficial na internet em www.cmpb.pt. Durante o período em que estiver aberto o procedimento de discussão, as informações, sugestões e ou observações devem ser apresentadas, por escrito, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal para a seguinte morada: Edifícios Paços do Concelho, Praça Dr. António Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca. Em alternativa, no decorrer daquele período, as reclamações, sugestões, informações e pedidos de esclarecimento dos particulares poderão ser apresentados por preenchimento em formulário próprio disponibilizado nos serviços e também na página oficial do Município de Ponte da Barca na Internet, ou ainda expondo por e-mail, utilizando o seguinte endereço: geral@cmpb.pt.

11 de janeiro de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *António Vassalo Abreu*.

205585375

MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA

Aviso (extrato) n.º 801/2012

Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Ponte de Lima — Conversão da ACRRU em ARU

Victor Manuel Alves Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, torna público que a Assembleia Municipal de Ponte de Lima, em Sessão Ordinária de 17 de dezembro de 2011, aprovou, por unanimidade, a proposta de constituição da área de reabilitação urbana de Ponte de Lima.